

BELO MONTE, DESMATAMENTO E AQUECIMENTO GLOBAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

*Wagner Belchior Dias
José Ricardo Maia de Siqueira*

Resumo: O estudo realiza uma análise crítica do discurso dos relatórios socioambientais de Belo Monte, focando desmatamento e aquecimento global entre 2017 e 2021. Com base em Fairclough (2001), examina-se como esses relatórios atualizam ideologia de desenvolvimento que privilegia ganhos econômicos em detrimento da sustentabilidade ambiental. A análise textual evidencia técnicas discursivas que atenuam a percepção dos impactos, como a manipulação da escala temporal. Na prática discursiva, destaca-se a intertextualidade mobilizada para legitimar as ações da empresa, enquanto, na prática social, observa-se a reprodução de visão hegemônica que marginaliza comunidades indígenas e minimiza consequências ambientais. Conclui-se que a eficácia das iniciativas reportadas frente ao desmatamento e ao aquecimento global permanece questionável e que a discrepância entre o discurso corporativo e narrativas de entidades como o Instituto Socioambiental evidencia a necessidade de comunicação mais transparente.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Desmatamento. Aquecimento Global. Sustentabilidade. Belo Monte.

BELO MONTE, DEFORESTATION AND GLOBAL WARMING: A CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Abstract: This study conducts a critical discourse analysis of socio-environmental reports of the Belo Monte hydropower plant, focusing on deforestation and global warming between 2017 and 2021. Drawing on Fairclough (2001), it examines how these reports reproduce a development ideology that privileges economic gains over environmental sustainability. The textual analysis shows discursive techniques that downplay impacts, such as the manipulation of temporal scales. At the level of discursive practice, the analysis highlights intertextuality used to legitimize the company's actions, while, at the level of social practice, it reveals the reproduction of a hegemonic vision that marginalizes Indigenous communities. The study concludes that the effectiveness of the initiatives reported remains questionable and that the discrepancy between corporate discourse and narratives from entities such as the Instituto Socioambiental underscores the need for more transparent socio-environmental communication.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Deforestation. Global warming. Sustainability. Belo Monte.

BELO MONTE, DEFORESTACIÓN Y CALENTAMIENTO GLOBAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO

Resumen: Este estudio realiza un análisis crítico del discurso de los informes socioambientales de Belo Monte, con foco en la deforestación y el calentamiento global entre 2017 y 2021. A partir de Fairclough (2001), se examina cómo dichos informes reproducen una ideología de desarrollo que privilegia las ganancias económicas en detrimento de la sostenibilidad ambiental. El análisis textual muestra técnicas discursivas que atenúan la percepción de los impactos, como la manipulación temporal. En el plano de la práctica discursiva, se destaca la intertextualidad utilizada para legitimar las acciones de la empresa y, en el plano de la práctica social, la reproducción de una visión hegemónica que marginaliza a los pueblos indígenas. El estudio concluye que la eficacia de las iniciativas reportadas sigue siendo cuestionable y que la discrepancia entre el discurso corporativo y las narrativas de entidades como el Instituto Socioambiental evidencia la necesidad de una comunicación más transparente.

Palabras-clave: Análisis Crítico del Discurso. Deforestación. Calentamiento Global. Sostenibilidad. Belo Monte.

1. INTRODUÇÃO

A análise crítica do discurso tem sido aplicada para examinar como as empresas comunicam suas práticas socioambientais, revelando estratégias discursivas na construção de imagens de responsabilidade, especialmente em contextos pós-coloniais (Bernard, 2020).

Embora as corporações sejam fundamentais na construção de um futuro sustentável, seus relatórios de sustentabilidade frequentemente falham em estabelecer conexões confiáveis entre questões climáticas, gestão ambiental e desempenho financeiro (Atkins *et al.*, 2015; Boiral, 2013). Como observa Boiral (2013), esses documentos muitas vezes buscam mais legitimidade do que transparência, apresentando uma visão idealizada dos impactos reais.

Apesar do uso generalizado por grandes empresas, a efetividade desses relatórios na promoção de conservação ambiental e *accountability* permanece questionável (Adler *et al.*, 2018; Atkins; Maroun, 2020). Pesquisas revelam que muitos se limitam a simulacros, distorcendo a realidade para obter legitimização social (Boiral, 2013), enquanto outros falham em atender padrões mínimos de transparência (Bebbington & Larrinaga, 2014).

Essa lacuna é especialmente preocupante considerando as externalidades negativas de projetos como Belo Monte. Operada pela Norte Energia, a usina demonstrou impactos severos em territórios indígenas e biodiversidade, com aumento do desmatamento em áreas afetadas (Turíbio *et al.*, 2022). Apesar de sua escala, o projeto enfrentou críticas quanto à sua sustentabilidade real, particularmente em direitos humanos e equilíbrio ecológico (Kramer *et al.*, 2022).

Entre outros, há impactos devidos à perda de floresta, o que agrava o problema das emissões de gases de efeito estufa, que incluem:

O dióxido de carbono oriundo da decomposição das árvores mortas pela inundação e a emissão de óxido nitroso e especialmente de metano da água nos

reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros (Fearnside, 2014).

Apesar de todos esses impactos, a energia gerada pelas hidrelétricas é constantemente dita por autoridades e empresas como uma “energia limpa” (Fearnside, 2017).

O aquecimento global é um dos principais problemas ambientais contemporâneos, decorrente do aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE), como dióxido de carbono e metano. Esse processo eleva a temperatura média do planeta, intensifica eventos climáticos extremos e afeta ecossistemas, segurança alimentar e modos de vida humanos, com efeitos particularmente críticos na Amazônia, onde alterações no regime de chuvas e na cobertura florestal podem desencadear pontos de não retorno climáticos (Schroeder, 2020).

Pelo exposto anteriormente, tem-se como objetivo geral do presente estudo: analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, buscando identificar padrões discursivos e avaliar se, e como, eles refletem determinadas perspectivas ideológicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a Revolução Industrial, o planeta se aproxima de níveis críticos de aquecimento: aumentos de 3°C podem colapsar monções africanas, geleiras antárticas e florestas tropicais, enquanto 5°C configurariam ameaça existencial sem precedentes (Marques, 2018). A queima de combustíveis fósseis tem papel central nesse processo, e o setor de energia é grande responsável pelas emissões de GEE, ainda que fontes tidas como “limpas” também apresentem problemas. Em estudo sobre eficiência ambiental, Salgado Junior et al. (2017, p. 329) mostram que o desempenho do Brasil é comprometido pela redução da área de floresta e concluem que, para melhorá-lo, é necessário direcionar esforços ao florestamento e reflorestamento.

Hidrelétricas como Tucuruí emitem mais metano que São Paulo (Marques, 2018), e Belo Monte deve superar. O desmatamento por megaprojetos agrava o problema, reduzindo sequestro de carbono (Alencar *et al.*, 2004). "O florestamento/reflorestamento é essencial para melhorar desempenhos ambientais" (Salgado Júnior *et al.*, 2017, p. 329). A redução florestal, ligada à hidrelétricas, impacta o aquecimento. Marques (2018) aponta que grandes barragens emitem muito metano, com Tucuruí emitindo mais que São Paulo em um ano, e Belo Monte emitirá ainda mais.

O desmatamento é frequentemente acelerado por obras de infraestrutura de grande porte, seja pela abertura de novos acessos, seja pelo incentivo ao crescimento populacional e econômico nas áreas adjacentes, que muitas vezes carecem de governança ambiental efetiva (Alencar *et al.*, 2004; Fearnside, 2006). A perda de floresta não só resulta em emissões diretas de GEE devido à queima e decomposição de biomassa, mas também afeta negativamente a capacidade de sequestro de carbono da região, prejudicando o equilíbrio climático global (Malhi *et al.*, 2008).

A preocupação atualmente se centra na produção de metano associada à operação das barragens gigantes. Além das emissões no lago da barragem há uma preocupação ainda maior com as águas que passam pelas turbinas, já que a vazão da água em uma represa não ocorre pela superfície do lago, mas sim, pelo fundo com águas ricas em metano. Esse fenômeno é tão pronunciado que leva Marques (2018, p. 488) a afirmar que as "estimativas fornecidas pelo governo brasileiro aos órgãos internacionais sobre as emissões nacionais de GEE são falsas porque não contabilizam o metano liberado pelas hidrelétricas".

Dada a relevância do problema para o equilíbrio ambiental do planeta, a emissão de gases de feito estufa têm sido um tema recorrente nos relatórios corporativos de sustentabilidade, tendo um destaque considerável no conjunto de indicadores propostos pela *Global Reporting Initiative*. A emissão de GEE está presente em cinco dos sete indicadores propostos pela norma temática GRI 305 – Emissões 2016.

Apesar da gravidade representada pelo aquecimento global, as organizações corporativas têm sido parcimoniosas na publicação de indicadores relativos aos gases do efeito estufa, o que pode ser melhorado pela inserção das informações sugeridas pela GRI.

3. METODOLOGIA

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma metodologia que examina como os discursos são utilizados para construir relações de poder e influenciar a percepção da realidade. Desenvolvida por Norman Fairclough, a ACD tem sido amplamente aplicada em contextos socioambientais e corporativos, incluindo o estudo de relatórios de sustentabilidade (Chouliaraki; Fairclough, 2010; Haslam; Chabruk; Kamla, 2019).

Na ACD o conjunto de textos que serão analisados compõem o corpus. Para Fairclough (2001), a perspectiva do pesquisador é essencial para a seleção dos dados, na construção de um corpus de amostras de discurso bem como na decisão de coletar dados suplementares. O primeiro passo é saber o que é útil e “ter-se um modelo mental da ordem do discurso da instituição” e “os processos de mudança que estão em andamento”, como uma preliminar para a construção do corpus. (Fairclough, 2001; P. 278).

Foi definido como corpus da presente pesquisa os relatórios da administração e sustentabilidade da empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O recorte temporal do presente estudo foi o ano seguinte ao início da operação comercial que ocorreu em 2016. Portanto, foram analisados os relatórios de sustentabilidade referente aos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

A primeira etapa de análise consistiu na leitura integral dos relatórios com ênfase em trechos relacionados a desmatamento, mudanças climáticas e emissões de GEE. Nessa fase, foram identificadas palavras, expressões e construções sintáticas recorrentes, bem como omissões e ambiguidades

relevantes, compondo um panorama inicial da forma como a empresa enquadra seus impactos socioambientais. Esse mapeamento orientou a seleção dos excertos que seriam submetidos à análise textual detalhada, em diálogo com o quadro teórico de Fairclough (2001).

Após essa primeira etapa da análise textual, considerada uma análise interna (semântica, gramatical e vocabulário), passa-se para uma análise externa, o texto conectado a outros textos (intertextualidade) e conectados a elementos de eventos sociais, a relações sociais práticas e estruturas sociais (interdiscursividade) (Fairclough, 2003).

De maneira simples, a intertextualidade diz da forma como um texto se refere a outros textos ou discursos (Hardy, 2004). É um conceito chave dentro da ACD e refere-se aos elementos discursivos nas relações de poder e solidariedade (Farrely, 2019). A sua forma mais evidente é a citação direta, na qual um texto é citado entre aspas ou recuo de texto. Há também a citação indireta, na qual um texto é reportado, porém não se trata de uma cópia literal do original (Salles; Dellagnello, 2019).

Na análise da prática social, recorreu-se à proposta de Thompson (2013) sobre os modos de operação da ideologia, articulando texto, contexto e estruturas de poder. Na visão de Thompson (2013), a manifestação da ideologia acontece em cinco dimensões essenciais para a compreensão do antagonismo produzido pela divisão da sociedade em interesses econômicos antagônicos, são elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (Thompson, 2013). Essa etapa permitiu situar os relatórios de Belo Monte em dinâmicas mais amplas de desenvolvimento na Amazônia, avaliando em que medida contribuem para a manutenção ou contestação da ordem social vigente.

4. RESULTADOS

Antes da análise crítica das informações apresentadas, foi realizada uma verificação detalhada em todas as seções dos relatórios analisados,

incluindo anexos e tabelas, para garantir que as informações vagas ou imprecisas não estivessem presentes em outras partes do documento.

4.1 Análise Textual

Um dos grandes problemas dos relatórios de sustentabilidade relativos à Usina de Belo Monte é a inconsistência da escala temporal, que dificulta o acompanhamento dos impactos socioambientais, sejam eles positivos ou negativos. Foram observados nos excertos quatro situações recorrentes no discurso apresentado nos relatórios.

1. A primeira situação refere-se a excertos em que há apenas a delimitação inicial do tempo, não sendo possível inferir quando essas ações foram concluídas.
2. A segunda situação diz de excertos que apresentam uma delimitação final, mas não dizem quando foram iniciadas as ações.
3. A terceira é composta por excertos em que não há delimitação temporal, nem inicial e nem final.
4. E, por fim, passagens do texto em que o tempo é definido, mas não se refere ao atual período do relato.

Em relação à primeira situação é possível observar uma abordagem acumulativa, por meio da utilização da preposição “desde”, pois são passagens que se referem a investimentos ou ações com uma referência temporal que parte de um determinado ponto no tempo anterior ao ano base do relatório. Essas passagens não permitem realizar uma análise precisa quanto ao desenvolvimento dos investimentos ao longo do tempo e, muito menos, aferir quanto foi investido ou realizado no ano base a que se refere o relatório.

O início das obras de Belo Monte é um marco central para a empresa e para os demais atores envolvidos, pois é quando os impactos sociais e ambientais se materializam, com a intensa movimentação de máquinas, pessoas, terras e capitais. Esse momento também foi marcado por protestos e reivindicações de direitos, especialmente de ONGs e populações indígenas contrárias ao empreendimento.

O trecho da Norte Energia (2017, p. 21) — "Investimos R\$ 115 milhões em segurança desde o início das obras" — exemplifica a vagueza do discurso corporativo (Cançado, 2012). A ausência de dados temporais (início, distribuição anual) impossibilita avaliar a eficácia ou prioridade real desses recursos.

O uso da preposição aparece novamente quando se aborda as ações em relação a água. Neste ponto é dito que: "Desde o início das obras, foram coletadas 57.628 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos (...)" (Norte Energia, 2017; p. 26). Apesar da importância deste elemento, não há maiores detalhamentos, fazendo com que as informações se tornem vagas, o que, segundo Houaiss (2009), é uma característica indesejável em um texto informativo que deve atender aos requisitos e necessidades de todas as partes interessadas.

Esse mesmo padrão de apresentação de ações da empresa se repete nos relatórios analisados, em que investimentos e iniciativas socioambientais são mencionados de forma agregada, sem indicação clara de início, término ou distribuição no tempo. Essa estratégia impede acompanhar a continuidade dos programas, avaliar sua evolução e verificar se houve intensificação, estagnação ou redução dos esforços, fragilizando a transparência sobre o desempenho socioambiental do empreendimento.

No relatório de 2021, dez anos após, ainda relatam ações que se iniciaram em 2011 e passam a ideia de que permanecem ativas no ano base do relatório sem, no entanto, destacar a variação ano a ano. Essa característica cumulativa das ações implica em informações e análises imprecisas, já que não há como definir a evolução – ou involução – dos números ao longo do tempo.

A segunda situação foi observada quando da utilização da preposição "até", que do ponto de vista semântico implica em dinamicidade, indicando uma chegada ao limite (físico ou temporal) (Bechara, 2019; Priberam, 2011).

A ausência de delimitação clara do tempo inicial dificulta comparar as ações do ano de referência e avaliar metas associadas. Por exemplo, afirma-se que a Norte Energia investiu “até o fim de 2017, R\$ 2,9 bilhões em ações socioeconômicas nos municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento” (Norte Energia, 2017, p. 36). De modo semelhante, registra-se que: “Até 2017, a Norte Energia investiu R\$ 4,8 bilhões em ações socioambientais” (Norte Energia, 2017, p. 48). O padrão se repete nos anos posteriores.

Além disso, a falta de delimitação do intervalo de tempo pode gerar percepções infladas ou subestimadas sobre o progresso da empresa. A recuperação de 1.607 hectares e a produção de 1,7 milhão de mudas parecem mais expressivas se associadas a poucos anos, mas perdem impacto se diluídas em longo período. Essa forma de apresentação fragiliza a transparência, pois a omissão de datas de início pode mascarar a lentidão dos avanços ou superdimensionar os esforços realizados.

A terceira situação envolve o uso de verbos no pretérito perfeito, que remetem a fatos anteriores ao momento da enunciação (Bechara, 2019, p. 366). Sem delimitador temporal, esse tempo verbal gera incerteza sobre se as ações ocorreram no ano-base do relatório, em outro momento do passado ou de forma acumulada até a publicação.

O tratamento da escala temporal atinge seu ponto mais crítico na descrição da Vila Residencial construída para famílias impactadas por Belo Monte. A frase do relatório de 2017 “a Vila Residencial chegou a abrigar 2.587 famílias” (Norte Energia, 2017, p. 24), com o verbo no pretérito perfeito, tempo de “ação concluída” (Houaiss, 2009), cria uma ambiguidade estratégica: indica que a vila atingiu, em algum momento indeterminado do passado, esse pico de ocupação, sem informar se ainda havia moradores em 2017 ou quando exatamente esse ápice ocorreu. A precisão numérica (2.587 famílias), aliada ao sentido de “atingir determinado ponto máximo” do verbo “chegar” (Priberam, 2011), reforça o caráter retórico do enunciado. A repetição literal dessa mesma informação nos relatórios de 2018 e 2019, sem atualização ou contextualização temporal, aprofunda o problema, pois

mantém a indeterminação sobre o ano de referência original e impede acompanhar a evolução da ocupação da vila — se houve aumento, redução ou estabilidade no número de famílias abrigadas.

Esta abordagem representa uma ruptura significativa na estrutura narrativa dos relatórios. Enquanto nas seções anteriores se pressupunha uma continuidade das ações até a data de publicação, a descrição da vila residencial rompe com essa lógica ao utilizar um tempo verbal que remete exclusivamente ao passado, sem conexão com o presente. Essa mudança sutil, mas significativa no tratamento temporal cria uma lacuna informativa deliberada, impedindo que o leitor avalie a real situação da vila no período reportado e a efetividade continuada do programa de reassentamento.

Na quarta situação encontrada nos relatórios desaparece a ideia subjacente de continuidade até a data-base do relatório, tornando mais difícil a extração de informações úteis aos usuários dos relatórios de sustentabilidade. Tal situação é percebida no relato onde a Norte Energia destaca que na:

Sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água. (Norte Energia, 2017, p. 20)

Observa-se que o pretérito perfeito indica uma ação realizada no passado, mas não é possível afirmar quando esta ação ocorreu. Essa indefinição fica ainda mais ressaltada quando se observa que nos relatórios dos anos 2018 e 2019 o mesmo excerto é utilizado (Norte Energia, 2018, p. 37). No relatório socioambiental de 2019 da Norte Energia, é mencionado especificamente que, “na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água” (Norte Energia, 2019, p. 23)

No relatório de sustentabilidade do ano de 2020, no entanto, a empresa utiliza o mesmo excerto, mas por fim destaca quando foi concluída a obra. Assim, no relatório de sustentabilidade de 2020 da Norte Energia é detalhado que “na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu em 2014 a

implantação de 29 km de rede de esgoto, além de 12 km de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 km de rede de água" (Norte Energia, 2020, p. 68). Este detalhe, fornecendo o ano de conclusão das obras, demonstra a dificuldade em utilizar os relatórios da Norte Energia para analisar o desempenho socioambiental da empresa.

O que se percebe é que a volatilidade temporal adotada pela empresa em seus relatórios dificulta a obtenção de informações úteis aos movimentos sociais, uma vez que cria para uma mesma empresa bases diferentes para apresentação dos resultados em diferentes segmentos da atuação socioambiental.

4.2 Análise da Prática Discursiva

O relatório da Norte Energia (2017, p. 53) menciona o desmatamento apenas uma vez, atribuindo-o genericamente a "assentamentos rurais desde 1970". Essa abordagem omite causas estruturais como a expansão agropecuária, exploração madeireira ilegal, grileiros de terras e pressões do próprio empreendimento hidrelétrico.

A escolha do ano de 1970 como marco é sintomática: ao vincular o problema ao período ditatorial (1964-1985), a empresa:

1. Desloca responsabilidades - associa o desmatamento a um contexto histórico específico de exceção democrática, quando, como destacam Fausto (2002) e Fico (2008), o Estado brasileiro sistematicamente violava direitos fundamentais;
2. Cria um álibi temporal - sugere que as atuais dinâmicas de desmatamento seriam herança irremediável de um passado distante;
3. Apaga conexões contemporâneas - ignora como megaprojetos como Belo Monte reativam ciclos de ocupação predatória na Amazônia.

Essa estratégia discursiva, ao não reconhecer as múltiplas escalas do problema (local, nacional e global), revela o que Gaspari (2002) chamaria de "economia da verdade" - uma narrativa que seleciona fatos históricos para legitimar ações presentes.

A escolha do ano 1970 como marco do desmatamento não é aleatória: remete precisamente ao auge da ditadura Médici (1969-1974), quando o "milagre econômico" financiado por endividamento externo e projetos como o PROTERRA (Decreto-lei nº 1.179/1971) acelerou a devastação amazônica sob o discurso de "racional distribuição de terras" (Brasil, 1971). Como demonstram Bursztyn e Persegona (2008), o programa não deixou uma herança positiva para o Brasil, mas sim um legado de destruição ambiental.

Essa escolha temporal cumpre dupla função: serve de álibi histórico ao associar o desmatamento à brutalidade da ditadura, período em que a violência estatal legitimava a ambiental (Gaspari, 2002), e produz um apagamento contemporâneo ao ocultar a continuidade desse modelo desenvolvimentista em projetos como Belo Monte. Ao apropriar-se do termo "assentamentos" da Lei 8.629/1993, mobilizando uma linguagem associada a pautas progressistas (MST, 2024), a empresa mascara impactos socioambientais, transforma vítimas em bodes expiatórios, recicla o binômio ditatorial "progresso vs. preservação" e silencia sobre a reedição da grilagem e da concentração fundiária em megaprojetos atuais.

Os relatórios de 2017 e 2018 da Norte Energia repetem estrutura, divisão de tópicos e a mesma menção isolada ao desmatamento, sem aprofundar causas ou vínculos com Belo Monte. Essa omissão é relevante, pois o desmatamento é um dos principais vetores das mudanças climáticas: estima-se que quase 30% das emissões globais de CO₂ advêm do desflorestamento (Gore, 2006). Fearnside et al. (2009) projetam que, sem mudanças, a Amazônia poderá emitir 1 bilhão de toneladas de CO₂-equivalente até 2050, um aumento de 48% em relação a um cenário de conservação. A repetição textual sugere esvaziamento informativo, evitando discutir como o empreendimento pressiona áreas florestais por meio de invasões e grilagem e gera emissões pela decomposição de biomassa, além

de ignorar estudos que vinculam grandes obras na Amazônia ao avanço do desflorestamento (Barreto *et al.*, 2011).

A uniformidade dos relatórios não reflete melhoria contínua, mas uma narrativa controlada que omite a relação entre Belo Monte e a crise climática. Enquanto a ciência avança (Fearnside *et al.*, 2009), a comunicação corporativa permanece estagnada.

Os relatórios de sustentabilidade da Norte Energia (2018-2019) revelam uma estratégia discursiva preocupante ao abordar os impactos de Belo Monte. As passagens sobre a destinação de madeira e resíduos são praticamente idênticas nos dois anos, indicando uma produção burocrática de conteúdo que pouco reflete eventuais melhorias ou ajustes nas práticas ambientais da empresa. Essa uniformidade contrasta radicalmente com dados independentes, como os do Instituto Socioambiental (ISA), que evidenciam um cenário muito mais grave.

Enquanto os relatórios corporativos usam termos técnicos e neutros como "supressão vegetal", o ISA documenta o avanço acelerado do desmatamento na Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, território do Povo Arara. Os números são alarmantes: 5.466 hectares desmatados apenas em 2018, com um acumulado de 19.474 hectares entre 2009 e 2019 - tornando-a a terra indígena mais desmatada do Brasil. Além disso, o ISA registrou mais de 100 hectares de aberturas ilegais nos primeiros meses de 2019, evidenciando a pressão crescente sobre o território.

Essa disparidade entre o discurso corporativo e a realidade expõe uma dinâmica crítica já destacada por estudos acadêmicos: a tensão entre projetos desenvolvimentistas e direitos socioambientais. A linguagem técnica dos relatórios mascara a violência da degradação em curso, enquanto fontes independentes revelam impactos concretos sobre as comunidades indígenas, como perda de território e recursos naturais.

Apesar do cenário crítico, os relatórios não apresentam estratégias robustas para enfrentar esses desafios. Faltam menções a ações efetivas de

fortalecimento comunitário, monitoramento territorial integrado ou programas de recuperação de áreas degradadas. A repetição de conteúdos e a linguagem vaga sugerem que a prioridade da empresa está na construção de uma narrativa favorável, não no enfrentamento dos impactos reais do empreendimento.

O Conselho Indigenista Missionário destacou que no estado do Pará a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca foi a mais desmatada do país. Entre julho de 2019 e agosto de 2020, foram 72,4 quilômetros quadrados de área desmatada nesta terra indígena. A região foi muito afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as populações indígenas vêm sofrendo com a invasão e ação ilegal de madeireiros (CIMI, 2020). A Terra Indígena Cachoeira Seca é citada no relatório de sustentabilidade de 2020 em dois pontos, ao descreverem as Associações Indígenas por Terra Indígena (Norte Energia, 2020, p. 32) e na seção Componente Indígena (Norte Energia, 2020, p. 75).

A Norte Energia, em seu relatório de 2021, destaca a construção de Unidades de Proteção Territorial (UPTs) e a implementação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR) (Norte Energia, 2021). Essas iniciativas são apresentadas sem grande detalhamento, o que faz com que a eficácia real na prevenção do desmatamento nas áreas afetadas pela Usina de Belo Monte permaneça incerta.

Em contraste com esses esforços relatados, os dados alarmantes divulgados pelo Programa de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) em 2020 pintam um quadro diferente. Segundo o Prodes, houve um desmatamento significativo de 5,4 mil hectares em terras indígenas como Cachoeira Seca, Apyterewa, Ituna Itatá e Trincheira Bacajá no Pará, durante apenas dois meses (Instituto Socioambiental, 2020, p. 1).

A própria Norte Energia destaca em seu relatório de sustentabilidade de 2021 que entre as obrigações atribuídas à empresa estavam a construção de 11 Unidades de Proteção Territorial (UPTs) em terras indígenas,

entretanto três UPTs ainda não haviam sido construídas. A justificativa é que o conflito fundiário impediu o andamento das ações, mas que junto a Funai havia obtido avanços, porém não relata quais foram esses avanços. Ou seja, uma condicionante que deveria ter sido atendida ainda em 2011, passados dez anos não foi concluída.

As notícias contradizem a narrativa otimista e proativa da Norte Energia ao destacar um aumento significativo no desmatamento e uma intensificação das pressões sobre as áreas protegidas. Na bacia do Xingu foram identificadas quatro Terras Indígenas que registraram os maiores desmatamentos da região amazônica (Instituto Socioambiental, 2020). O Instituto Socioambiental com base em dados do Prodes e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ressalta ainda que, no período entre agosto de 2019 e julho de 2020, a APA Triunfo do Xingu liderou o ranking das unidades de conservação mais desmatadas no Brasil pelo 12º ano consecutivo, contabilizando a destruição de 9,5 mil hectares de floresta, o que corresponde a três quartos do desmatamento total. (Instituto Socioambiental, 2020)."

Por fim, a adoção dos indicadores da *Global Reporting Initiative* pelas empresas vêm sendo uma prática corporativa recorrente de longa data (Ferreira; Siqueira; Gomes, 2012) e a Norte Energia destacou, ao longo de várias páginas de seus relatórios, seu uso. Todavia, apesar da relevância desses indicadores – que cobrem inclusive as emissões de GEE – e da emergência crescente de ações por parte da sociedade, a Norte Energia fez uma apresentação precária das informações sugeridas pelas normas da GRI.

Esses fatos, mais uma vez, contradizem a narrativa otimista apresentada no relatório da Norte Energia, que não fornece uma avaliação adequada das questões relacionadas ao desmatamento.

4.3 Análise da Prática Social

O desmatamento, ameaça global associada ao desenvolvimento econômico (Fearnside, 2022), pode ser interpretado à luz de Alberto Guerreiro Ramos. Ao diferenciar racionalidade substantiva e instrumental, Ramos (1989) oferece um marco para compreender o desmatamento em Belo Monte como expressão da racionalidade instrumental, que prioriza ganhos econômicos imediatos, negligencia o valor intrínseco das florestas e os modos de vida indígenas e produz impactos socioambientais significativos de longo prazo.

Essa lógica instrumental, ao privilegiar ganhos econômicos imediatos em Belo Monte, evidencia a necessidade urgente de novos paradigmas. Como propõe Ramos (1989), apenas a racionalidade substantiva – que valoriza a integridade ecológica e a diversidade cultural – pode fundamentar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, superando os impactos documentados no desmatamento e nas comunidades indígenas.

O relatório do observatório *De Olho nos Ruralistas* revela um padrão sistemático de sobreposição de fazendas em terras indígenas, evidenciando como os interesses econômicos se sobrepõem aos direitos territoriais dos povos originários. Ao cruzar dados fundiários do Incra, o estudo não apenas comprova essa invasão organizada, mas também expõe seu mecanismo financeiro: grandes instituições como Itaú (via Kinea), Bradesco, XP, Gávea Investimentos, IFC e Mubadala aparecem como financiadoras indiretas desse conflito (Castilho *et al.*, 2023).

Essa dinâmica gera um ciclo perverso: o capital injetado por esses atores mantém as ocupações ilegais, que por sua vez aceleram o desmatamento e alimentam conflitos violentos – incluindo o assassinato de lideranças indígenas, último elo dessa cadeia de violência. Os dados revelam, assim, uma geografia do conflito onde grilagem, finanças e violência se entrelaçam, exigindo respostas urgentes que cortem esse fluxo de financiamento à devastação.

A suposta limpeza da energia hidrelétrica esconde um paradoxo ambiental: enquanto se apresenta como alternativa aos combustíveis fósseis, seu

processo de implantação acelera justamente um dos principais vetores das mudanças climáticas – o desmatamento. Na Amazônia, esse processo atingiu níveis alarmantes, com perdas equivalentes a 35 campos de futebol por minuto entre 2000 e 2009 (Nelles; Serrer, 2020).

Os relatórios da Norte Energia sobre Belo Monte silenciam justamente sobre esse ponto crucial: o tratamento da biomassa nas áreas alagadas. Essa omissão é especialmente grave porque, desde os anos 1980, estudos como o de Mello (1986) já alertavam para os riscos ambientais do alagamento sem manejo adequado:

- Eutrofização por nutrientes das cinzas de queimadas;
- Incêndios descontrolados em matas ciliares;
- Emissões contínuas de gases nocivos pela decomposição subaquática.

A solução proposta – derrubada total ou parcial da vegetação – revela outro dilema: além de custos proibitivos, não resolve o cerne do problema. Mesmo com remoção parcial, a biomassa residual continua a emitir metano, transformando os reservatórios em fontes invisíveis de gases de efeito estufa. Essa realidade coloca em xeque o rótulo de "energia limpa" atribuído às grandes hidrelétricas na Amazônia.

Só recentemente a importância do metano para o aquecimento global tem recebido o devido reconhecimento. Nos últimos 200 anos as concentrações desse gás na atmosfera quase triplicaram, o que faz com que sua contribuição para o desequilíbrio climático seja avaliada entre 20% e 30% do aquecimento total (Marques, 2023).

Belo Monte representa um elemento de grande desequilíbrio para a região, arrastando para suas imediações um contingente de indivíduos de grandes proporções, onde as benesses não parecem se estender para o grosso da população. Belo Monte torna-se assim um caso exemplar “por se tratar de uma batalha crucial, vencida enfim pelas corporações, já que de sua

construção dependia o triunfo desse novo negócio das grandes represas” (Marques, 2018, p. 491).

Para Malheiro:

Não se estruturam (...) usinas hidrelétricas, estradas, hidrovias e ferrovias sem mudanças traumáticas nos espaços nos quais essas dinâmicas se instalaram e sem a flexibilização e/ou o desrespeito às leis que assegurem qualquer direito aos territórios por elas afetados. (Malheiro, 2023, p. 10)

A chegada de grande contingente populacional tende a intensificar o desmatamento, e entre 60% e 80% das áreas desmatadas na Amazônia convertem-se em pastagens. Após o mínimo histórico de 2012, o ritmo de derrubada voltou a crescer, agravando o aquecimento global: a mudança de floresta para pasto altera a comunidade de microrganismos do solo, ampliando a produção de metano e reduzindo seu consumo. Além disso, o uso de calagem para aumentar a produtividade pode transformar o solo de sumidouro em emissor de metano (Muniz, 2022).

É nesse contexto que Loureiro, Santana e Mendes (2023, p. 9) apontam que o mesmo modelo que produz o atual processo destrutivo não pode oferecer soluções para os impactos ambientais, tendendo, antes, a gerar novas contradições e desigualdades. A análise dos relatórios mostra que, apesar do discurso de sustentabilidade, a Norte Energia reforça uma visão hegemônica de desenvolvimento que marginaliza comunidades indígenas e minimiza os impactos ambientais, e que Belo Monte materializa as tensões entre racionalidade instrumental e substantiva, evidenciando a necessidade de um modelo mais inclusivo e sustentável.

4.4 Panorama Geral da Análise dos Relatórios

As principais descobertas do presente artigo encontram-se sintetizadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Síntese dos Principais Achados.

Análises	Descrição
Textual	Apreciação da redução da transparência dos relatórios socioambientais por meio da instrumentalização da escala temporal.
Prática Discursiva	Identificação de textos anteriores que fundaram uma estratégia discursiva de associação das externalidades negativas de Belo Monte às raízes históricas do empreendimento com a opressão ditatorial nascida em 1964.
Prática Social	O confronto das lacunas que surgiram das análises anteriores com estudos contemporâneos revela o uso dos relatórios socioambientais corporativos em questão como instrumentos que privilegiam uma visão de mundo da classe dominante.

Fonte: Os autores.

Em suma, os relatórios analisados não permitem uma avaliação do desempenho socioambiental do empreendimento pelos usuários externos destes relatórios, uma vez que: não oferecem parâmetros claros a serem observados nesse esforço de apreciação; dificultam o estabelecimento de uma relação causa-efeito entre as externalidades negativas e as atividades desenvolvidas, se valendo, inclusive, da imputação dos problemas existentes a episódios históricos externos; e revelam, cuidadosamente, informações necessárias à construção de uma narrativa em conformidade aos interesses de um grupo dominante em detrimento de outros que são marginalizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da Norte Energia, empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A análise buscou revelar como as práticas discursivas refletiram a ideologia e hegemonia dominante. Desse modo, foi adotado como modelo de análise a abordagem de Fairclough (2001), o qual comprehende o evento discursivo simultaneamente

como um texto, uma prática discursiva e uma prática social. A análise, portanto, foi dividida com base nessas dimensões, nas quais a análise da prática discursiva e da prática social teve como foco o desmatamento e sua influência no aquecimento global.

A análise textual revelou técnicas discursivas usadas pela Norte Energia para moldar a percepção pública, baseadas na volatilidade da dimensão temporal, que dificulta avaliar os impactos da empresa, em especial quanto às emissões de GEE. Nos primeiros anos, há quase silêncio sobre o tema, e só surge maior volume de informações com a inclusão, ainda parcial, de indicadores da GRI. Essas estratégias sugerem uma tentativa de controlar o discurso sobre impactos socioambientais, reforçando uma imagem de responsabilidade e sustentabilidade que não corresponde à realidade observada.

Na análise da prática discursiva, foi evidenciado por meio da intertextualidade como o discurso dos relatórios de sustentabilidade são construídos para legitimar as práticas da empresa.

A análise da prática social conectou as práticas discursivas às estruturas sociais e relações de poder, revelando que as políticas públicas e práticas empresariais frequentemente refletem e perpetuam a ideologia dominante de desenvolvimento, que valoriza a racionalidade instrumental e o crescimento econômico em detrimento das necessidades e direitos das comunidades locais e a busca por um equilíbrio ecológico. Conforme Fairclough (2001) argumenta, o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas uma prática que ajuda a construir e manter relações de poder e dominação.

Pesquisas futuras podem ampliar esta análise por meio de dados primários, como entrevistas e estudos de campo com comunidades indígenas afetadas. Estudos comparativos entre diferentes projetos de infraestrutura em outras regiões também poderiam oferecer uma visão mais ampla das práticas empresariais, de seus impactos socioambientais e de suas formas de relato.

Com o avanço das pesquisas nesta área poderá se revelar a informação que os relatórios escondem: “a energia hidrelétrica baseada em grandes represamentos não é nem renovável nem de baixo carbono” (Marques, 2023).

REFERÊNCIAS

ADLER, R., MANSI, M., & PANDEY, R. Biodiversity and threatened species reporting by the top Fortune Global companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 3, p. 787–825, 2018.

ALENCAR, A. et al. **Desmatamento na Amazônia**: indo além da “emergência crônica”. Belém: IPAM, 2004. E-book. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/859>. Acesso em: 12/12/2023.

ATKINS, J.; ATKINS, B. C.; THOMSON, I.; MAROUN, W. “Good” news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 28, n. 5, p. 651–670, 2015.

ATKINS, J.; MAROUN, W. The Naturalist’s Journals of Gilbert White: exploring the roots of accounting for biodiversity and extinction accounting. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 33, n. 8, p. 1835–1870, 2020.

BARRETO, P.; BRANDÃO JR., A.; MARTINS, H.; SILVA, D.; SOUZA JR., C.; SALES, M.; FEITOSA, T. Risco de desmatamento associado à Hidrelétrica de Belo Monte. Belém: Imazon, 2011. 98 p. Disponível em: <<https://imazon.org.br/publicacoes/risco-de-desmatamento-associado-a-hidreletrica-de-belo-monte-2/>>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C. Accounting and sustainable development: An exploration. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 6, p. 395–413, 2014.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERNARD, T. Corporate social responsibility in postcolonial contexts: a critical analysis of the representational features of South African corporate social responsibility reports. **Critical Discourse Studies**, v. 18, n. 6, p. 619–636, 2020.

BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n. 7, p. 1036–1071, 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.179**, de 6 de julho de 1971.. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.html

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 405.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. L.; FIALHO, B.; BASSI, B. S.; CARLINI, E. L. D. G.; SOUZA, H.; MORAES, K.; PRADO, L. R.; PITTELKOW, N.; BELLENTANI, N. F. Os Invasores: Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. Em: **De olho nos ruralistas - Observatório do Agronegócio no Brasil**, 2023.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in organizational studies: towards an integrationist methodology. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1213-1218, 2010. DOI: 10.1111/j.1467-6486.2009.00883.x.

CIMI. Desalojados no próprio território: a Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/desalojados-proprio-territorio-barragem-norte-deslocamento-forcado-povo-xokleng/>. Acesso em: 15 abril de 2024.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FARRELLY, M. Rethinking intertextuality in CDA. **Critical Discourse Studies**, v. 17, n. 4, p. 359-376, 2019. DOI: 10.1080/17405904.2019.1609538.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FEARNSIDE, P. M. et al. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, n. 2, p. 208–233, 2009.

FEARNSIDE, P. M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, v. 38, n. 1, p. 16-27, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0113-6>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FEARNSIDE, P. M. Impacts of Brazil's Madeira River Dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Science & Policy**, v. 38, p. 164, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2013.11.004>. Acesso em: 24 out. 2024.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. **Erde**, v. 148, n. 2–3, p. 167–184, 2017.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. In: FEARNSIDE, P. M. (ed.) **Destrução e Conservação da Floresta Amazônica**. Manaus: Editora do INPA, 2022, p. 356.

FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. Local: Rio de Janeiro. Atlas, 2012.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** São Paulo. Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada.** Local: São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GORE, A. **Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global.** Barueri-SP: Manole, 2006.

GRI. **GRI Standards – Normas GRI consolidadas**, 2023.

HARDY, C. Scaling up and bearing down in discourse analysis: Questions regarding textual agencies and their context. **Organization**, v. 11, n. 3, p. 415–425, 2004.

HASLAM, J.; CHABRAK, N.; KAMLA, R. Emancipatory accounting and corporate governance: critical and interdisciplinary perspectives. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 63, p. 102094, 2019. DOI: 10.1016/j.cpa.2019.102094.

HOUAISS, A. **Houaiss Eletrônico** (Versão 3.0). Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Desmatamento avança sobre Terras Indígenas impactadas por Belo.** ISA, 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-avanca-sobre-terras-indigenas-impactadas-por-belo-monte>. Acesso em: 13 jul. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Arara luta para proteger seu território.** 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Babaçu com cacau: a mistura que pode mudar a merenda no Pará.** 2019.

KRAMER, G.; SANTIAGO, M. R.; DA ROSA, C. N.; HILLEBRAND, F. L.; DEZORDI, R.; CONCEIÇÃO L. R. V.; OSTO, J. D. Usina hidrelétrica de Belo Monte: empreendimento grandioso e (in) sustentável? **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 15, n. 2, p. 1024-1034, 2022.

LOUREIRO, B.; SANTANA, C.; MENDES, M. A financeirização da natureza não solucionará as crises ambientais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 16, n. 196, 2023.

MALHEIRO, B. O Brasil que escolheu as commodities e esqueceu a vida. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 16, n. 196, p. 10–11, 2023.

MALHI, Y.; MALHI, Y.; ROBERTS, J. T.; ROBERTS, J. T.; BETTS, R.; BETTS, R.; KILLEEN, T. J.; KILLEEN, T. J.; KILLEEN, T. J.; LI, W.; LI, W.; NOBRE, C. A.; NOBRE, C. A. Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. **Science**, v. 319, n. 5869, p. 169-172, 2008.

MARQUES, L. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES, L. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência.** São Paulo: Elefante, 2023.

MELLO, J. A. B. de. A construção de barragens e o meio ambiente. **Revista do Serviço Público**, v. 114, n. 43, p. 54–57, 1986.

MST. *Nossa Produção*. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MUNIZ, R. Manejo adequado de pastagens na Amazônia pode estimular a captura de metano pelo solo. **Agência Fapesp**. 2022. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/manejo-adequado-de-pastagens-na-amazonia-pode-estimular-a-captura-de-metano-pelo-solo/40083>. Acesso em: 03 fev. 2024.

NELLES, D.; SERRER, C. **Mudança climática: Os fatos como você nunca viu antes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. UHE Belo Monte: Norte Energia S.A, 2017. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br. Acesso em: 24 jun. 2023 .

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. UHE Belo Monte: Norte Energia S.A, 2018. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br. Acesso em: 24 jun. 2023 .

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. UHE Belo Monte: Norte Energia S.A, 2019. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br. Acesso em: 24 jun. 2023.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. UHE Belo Monte: Norte Energia S.A, 2020. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br. Acesso em: 24 jun. 2023.

NORTE ENERGIA. **Relatório Anual e Socioambiental**. UHE Belo Monte: Norte Energia S.A, 2021. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br. Acesso em: 24 jun. 2023.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. Lisboa: Priberam, 2011.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SALGADO JUNIOR, A. P.; PIMENTEL, L. A. dos S.; OLIVEIRA, M. M. B. de; NOVI, J. C. O Impacto nas Variações das Matrizes Energéticas e Uso da Terra: Estudo sobre a Eficiência Ambiental do G20. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre: v. 23, n. 2, p. 306–332, 2017.

SALLES, H. K. de; DELLAGNELLO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórico-Metodológica para os Estudos Organizacionais: Um Exemplo da Análise do Significado Representacional. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414–434, 2019.

SCHROEDER, J. **O livro da Ecologia.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

THOMPSON, J. B. **Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication.** New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

TURÍBIO, L. M. D. A.; VELOSO, G. A.; LOBATO, M. M. Análise do índice de desflorestamento das terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, da área diretamente afetada pela UHE Belo Monte entre os anos de 2000 e 2020. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 7, n. 2, 2022.

SOBRE OS AUTORES:

Wagner Belchior Dias

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Analista Sênior de Biodiversidade na empresa ICare Brasil.

E-mail: wagner.belchior@ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5181-8038>

José Ricardo Maia de Siqueira

Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor associado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: josemaia@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5219-6621>

Artigo recebido em: 26 maio 2025. | **Artigo aprovado em:** 30 jun. 2025.